

Sexta-Feira, 30 de Outubro de 2026

PF rastreia saque milionário feito por chefe de gabinete em banco anexo ao TCE

Operação Tomada de Contas

Redação

A chefe de gabinete do presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Sérgio Ricardo de Almeida, Roseli Loss, teria realizado saques que somam R\$ 3,5 milhões em contas bancárias ligadas ao conselheiro. Ela foi alvo da Operação Tomada de Contas, deflagrada pela Polícia Federal nesta quinta-feira (29), que investiga um suposto esquema de desvio de recursos públicos na instituição.

A informação consta na decisão do ministro Og Fernandes, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que autorizou a operação e determinou a prisão preventiva da servidora.

Segundo o documento, imagens de câmeras de segurança de uma agência do Sicoob, localizada nas dependências do TCE-MT, mostram Roseli realizando retiradas de dinheiro em espécie que totalizam R\$ 3.520.600.

Em pelo menos seis ocasiões, os valores sacados teriam sido entregues a Adriangelo Barros Antunes, secretário executivo de comissão permanente do Tribunal e ex-cunhado de Sérgio Ricardo.

A investigação aponta que Roseli era uma das principais responsáveis pela movimentação de dinheiro vivo em contas vinculadas ao núcleo central do suposto esquema.

Ela ocupa a chefia de gabinete do presidente do TCE-MT desde janeiro de 2024, mas a relação profissional entre os dois é anterior.

Conforme a decisão, Roseli trabalhou na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) no período em que Sérgio Ricardo exercia o mandato de deputado estadual. Ela também foi funcionária da irmã do conselheiro.

Saques antes de autorização

Outro ponto que chamou a atenção dos investigadores foi o fato de Roseli realizar movimentações nas contas de Sérgio Ricardo antes mesmo de se tornar sua procuradora bancária.

Segundo a Polícia Federal, a servidora passou a ter procuração bancária do presidente do TCE-MT apenas em outubro de 2025, embora já realizasse saques em contas vinculadas a ele desde 2024.

Entre as operações identificadas estão uma retirada de R\$ 200 mil, em fevereiro de 2024, e outra de R\$ 340 mil, em abril do mesmo ano.

A investigação também identificou procedimentos realizados por Roseli em um aparelho celular que, segundo a PF, seriam compatíveis com a utilização da biometria facial de Sérgio Ricardo para autorizar movimentações financeiras.

Os investigadores apontam ainda que a servidora operava contas das quais não era titular e movimentava recursos sem possuir vínculo bancário próprio relevante com a cooperativa.

Para o ministro Og Fernandes, esses elementos indicam que Roseli exercia uma função operacional permanente na retirada e circulação dos valores investigados.

O magistrado também destacou a relação de confiança entre a servidora e Sérgio Ricardo, apontado pela Polícia Federal como suposto líder do esquema.

Na avaliação do ministro, a liberdade de Roseli representaria risco à investigação, especialmente pela possibilidade de interferência na produção de provas e pelo acesso que ela mantinha às contas bancárias do presidente do Tribunal.

Diante disso, Og Fernandes considerou insuficientes as medidas cautelares alternativas à prisão e determinou sua prisão preventiva.

Operação

A Operação Tomada de Contas foi deflagrada nesta quinta-feira para investigar suspeitas de irregularidades em contratos administrativos, pagamentos a servidores e movimentações financeiras envolvendo integrantes do TCE-MT.

Entre os principais alvos estão o presidente Sérgio Ricardo, o consultor jurídico-geral Grhegory Paiva Pires Moreira Maia e outros servidores e conselheiros da instituição.

Segundo a Polícia Federal, o suposto esquema envolvia pagamentos milionários realizados diretamente das contas do Tribunal, por meio de ordens bancárias avulsas e canais normalmente destinados a fornecedores.

Parte dos recursos teria sido posteriormente convertida em dinheiro vivo e movimentada por pessoas ligadas à administração do órgão.

A investigação identificou, por exemplo, 150 saques em espécie, que somam R\$ 15,6 milhões, em contas de Sérgio Ricardo, entre janeiro e outubro de 2025.

A análise bancária também revelou movimentações consideradas suspeitas que ultrapassam R\$ 75,8 milhões no período investigado.

As apurações continuam para identificar a extensão das supostas irregularidades e a participação de outros envolvidos.